

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo I	
1. Breve incursão na Teoria do Fato Jurídico	17
1.1. O Mundo Jurídico e os planos de existência, validade e eficácia	17
1.2. Classificação dos fatos jurídicos	18
1.2.1. Quanto à conformidade com o direito: fatos lícitos e ilícitos	18
1.2.2. Subclassificação dos fatos lícitos. Quanto à existência ou não de ato humano volitivo no suporte fático	20
1.3. Os atos jurídicos complexos. Processos particulares	27
1.3.1. Os atos complexos de formação sucessiva. Procedimentos	27
1.3.2. Processo e procedimento. O procedimento em contraditório e seu ato final: uma norma jurídica. Instrumento de decisão e de exercício de poder	37
1.3.3. Processos particulares de formação e cumprimento de normas jurídicas (negociais)	40
Capítulo II	
2. Negócio jurídico. Sua formação e adimplemento	51
2.1. Concepções voluntaristas. Negócio jurídico como ato de vontade	51
2.2. Concepção estruturalista, funcionalizada e normativista	55
2.2.1. Considerações iniciais	55
2.2.2. Negócio jurídico como ato. Visão social e funcionalizada	57
2.2.3. Negócio jurídico como norma	58
2.3. Sua existência e validade	63
2.4. A boa-fé objetiva e a equidade	64
2.4.1. Noções preliminares	64
2.4.2. O papel da boa-fé objetiva e da equidade: controle do abuso de poder privado	65
2.4.3. Boa-fé objetiva	67
2.4.4. Equidade ou equivalência material	82
2.5. Processo de formação e adimplemento dos negócios jurídicos	88
2.5.1. Formação dos negócios	88
2.5.1.1. Noções iniciais	88
2.5.1.2. Fase de pontuação. Negociações preliminares	89
2.5.1.3. Fase de postulação. Proposta	90
2.5.1.4. Aceitação	92

2.5.1.5.	Incidentes negociais.....	94
2.5.1.6.	Conclusão do negócio.....	94
2.5.1.7.	Características gerais da formação válida do negócio...	97
2.5.2	Adimplemento “restritivo” dos negócios	100

Capítulo III

3.	Direitos fundamentais como limites à autonomia privada	103
3.1.	Autonomia privada como poder negocial limitado.....	103
3.1.1	Autonomia privada como poder normativo. Seu reconhecimento como direito fundamental	103
3.1.2.	Autonomia privada como poder normativo limitado. A superação do “dogma da vontade”.....	106
3.1.3.	Limites à autonomia privada	109
3.2.	Dimensão objetiva e social dos direitos fundamentais	112
3.3.	Eficácia dos direitos fundamentais.....	115
3.4.	Extensão da sua eficácia às relações privadas.....	116
3.4.1	Considerações iniciais	116
3.4.2	As principais teorias existentes sobre o tema.....	118
3.4.2.1.	Teoria do <i>state action</i>	118
3.4.2.2.	Teoria da eficácia mediata ou indireta	121
3.4.2.3.	Teoria da eficácia imediata ou direta	125
3.4.2.4.	Teoria dos deveres de proteção do Estado em relação aos Direitos Fundamentais	131
3.4.2.5.	Teorias alternativas.....	136
3.4.3.	Posicionamento adotado. Visão eclética. Forma de incidência dos direitos fundamentais nas relações privadas.....	138
3.4.4.	Problema à luz da Constituição brasileira	145
3.4.5.	Posicionamento da doutrina e jurisprudência brasileiras	146

Capítulo IV

4.	Devido Processo Legal	155
4.1.	Painel Histórico.....	155
4.1.1.	Inglaterra. O berço da cláusula do devido processo legal	155
4.1.1.1.	O reinado despótico de João Sem-Terra	155
4.1.1.2.	A Magna Carta de 1215	159
4.1.1.3.	Dr. Bonham’s Case. Índícios de um devido processo legal substantivo	163
4.1.1.4.	O governo de Carlos I e a <i>Petition of Right</i>	165
4.1.2.	Estados Unidos da América.....	167
4.2.	Outros países. Difusão ao longo do mundo	172
4.2.1.	Alemanha.....	174

SUMARIO

4.2.2.	Argentina.....	173	
4.2.3.	Itália.....	173	
4.2.4.	Espanha.....	174	
4.2.5.	México.....	175	
4.2.6.	Panamá.....	175	
4.3	Brasil. Sua acomodação no ordenamento brasileiro.....	176	
4.4	Significado e alcance.....	180	
4.4.1	Considerações iniciais.....	180	
4.4.2	Devido processo legal formal e substancial.....	182	
4.4.3	Princípio da proporcionalidade e razoabilidade.....	188	
4.5.	Devido processo legal aplicado aos processos estatais. Limite ao poder estatal.....	193	
 Capítulo V			
5.	Eficácia do devido processo legal nas relações particulares.....	203	
5.1.	Eficácia nos processos negociais em geral.....	203	
5.1.1.	Considerações iniciais.....	203	
5.1.2.	Fase pré-negocial.....	204	
5.1.3.	Fase de execução do negócio.....	205	
5.2.	Eficácia em alguns processos particulares específicos.....	206	
5.2.1.	Notas preliminares.....	206	
5.2.2.	Processos arbitrais.....	207	
5.2.3.	Processos punitivos de associados, sócios e condôminos.....	213	
5.2.4.	Processo de formação dos contratos de prestação de serviços médicos.....	225	
5.2.4.1.	Considerações gerais.....	225	
5.2.4.2.	Direito fundamental ao consentimento informado.....	226	
5.2.4.3.	<i>Due process</i> formal no processo de formação do contrato de prestação de serviços médicos.....	232	
5.2.4.4.	A aceitação (consentimento) informada (negócio jurídico unilateral) e seu conteúdo. <i>Due process</i> material.....	238	
 CONCLUSÃO.....			241
 REFERÊNCIAS.....			243